



Sancap Investimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 15.023.998/0001-17

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.as., as demonstrações financeiras da Sancap Investimentos e Participações S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.
Governança Corporativa
Na AGE realizada em 05 de março de 2025, os acionistas aprovaram a eleição do Sr. Carlos Diaz Álvarez para o cargo de Diretor Executivo com mandato válido até 2026, e a exoneração do Sr. Franco Raul Rizza do cargo de Diretor Executivo.
Patrimônio Líquido e Resultado
Em 31 de dezembro de 2025 o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 1.312 milhões (31/12/2024 - R\$ 1.306 milhões). O lucro líquido apresentado no exercício de 2025 foi de R\$ 708 milhões (31/12/2024 - R\$ 617 milhões).
Ativos e Passivos
Em 31 de dezembro de 2025 os ativos totais atingiram R\$ 1.319 milhões (31/12/2024 - R\$ 1.354 milhões). Desse montante, destacamos, R\$ 1.173 milhões (31/12/2024 - R\$ 1.207 milhões) referentes aos investimentos em controladas, R\$ 138 milhões (31/12/2024 - R\$ 91 milhões) que são representados por títulos e valores mobiliários e em 2024 R\$ 54 milhões referentes à Rendas a Receber.
Em 31 de dezembro de 2025, os passivos totais atingiram R\$ 6 milhões (31/12/2025 - R\$ 50 milhões).

Desse montante, destacamos R\$ 6 milhões representados por impostos a pagar (31/12/2024 R\$ 113 mil) e em 2024 R\$ 50 milhões representados por dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar.
Política de Distribuição de Dividendos
Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 1% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. Por deliberação da Diretoria Executiva, poderão ser pagos, no curso do exercício social e até a AGO, juros sobre o capital próprio até o limite permitido em lei, cujo valor poderá ser imputado aos dividendos obrigatórios.
Em 27 de março de 2025 foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários com base na conta de reservas de lucros no montante de R\$ 55.000. O pagamento ocorreu em 31 de março de 2025.
Em 27 de março de 2025 foi aprovado o pagamento de dividendos intercalares no montante de R\$ 96.000, apurado com base nos resultados de 2025, cujo valor foi imputado integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício de 2025. O pagamento ocorreu em 31 de março de 2025.
Em 30 de setembro de 2025, foi aprovado o pagamento de dividendos intercalares no montante de R\$ 200.000, apurado com base no balanço do mês de agosto de 2025, cujo valor foi imputado integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício de 2025. O pagamento foi imediato.
Em 29 de dezembro de 2025, foi aprovado o pagamento de dividendos intercalares no montante de R\$ 200.000, apurado com base no resultado de 2025, cujo valor foi imputado integralmente aos

dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício de 2025. O pagamento ocorreu em 30 de dezembro de 2025.
Outras Informações
A política de atuação da Sancap na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.
A Sancap informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram prestados pela PwC e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente. Ademais, a Sancap confirma que a PwC dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.
Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.
São Paulo, 30 de abril de 2026.
A Diretoria Executiva

BALANÇO PATRIMONIAL			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo Circulante		146.810	147.138
Caixa e Equivalente de Caixa	4&11.c	13	5
Aplicações Financeiras	5&11.c	138.216	91.421
Rendas a Receber	11.c	-	53.809
Outros Créditos		123	93
Ativos Fiscais - Corrente		8.458	1.810
Ativo não Circulante		1.172.548	1.207.163
Investimentos em Controladas	6	1.172.548	1.207.163
Ativos Fiscais - Diferido		-	-
Total do Ativo		1.319.358	1.354.301

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado							
	Nota	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total	
		Capital Social	Reserva Legal				
Saldos em 31 de Dezembro de 2023		847.135	169.427	367.687	(17.529)	1.366.720	
Ajustes de Avaliação Patrimonial no Resultado Abrangente das Controladas		-	-	-	(19.031)	-	(19.031)
Lucro Líquido		-	-	-	617.492	617.492	
Destinações:							
Dividendos	7.b	-	-	(337.000)	-	(324.000)	(661.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	7.d	-	-	293.492	-	(293.492)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2024		847.135	169.427	324.179	(36.560)	1.304.181	
Redução do Capital Social (170.000)		-	-	-	-	(170.000)	
Ajustes de Avaliação Patrimonial no Resultado Abrangente das Controladas		-	-	-	21.939	-	21.939
Lucro Líquido		-	-	-	707.838	707.838	
Destinações:							
Dividendos	7.b	-	-	(55.000)	-	(496.000)	(551.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	7.d	-	-	211.838	-	(211.838)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2025		677.135	169.427	481.017	(14.621)	1.312.958	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

A Sancap Investimentos e Participações S.A. ("Sancap"), domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 CJ 201, Parte 2, Bloco A, Cond Wtorre JK Vila Nova Conceição CEP 04543 011, é uma sociedade integrante do Conglomerado Santander e tem como objeto social exclusivo participar como sócia acionista ou quotista, do capital social de sociedades autorizadas a funcionar de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Estimativas Contábeis

Em função da atuação exclusiva da Sancap na atividade de holding da Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização), da Evidence Previdência S.A. (Evidence), e da Santander Auto S.A. (Santander Auto) as demonstrações financeiras da Sancap foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela SUSEP estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP, conforme Circular SUSEP 648 de 12 de novembro de 2021, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão em conformidade com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Essas práticas contábeis não requerem a apresentação das demonstrações consolidadas em conjunto com as individuais. Não obstante, a Sancap é controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), investimentos estes que totalizam o equivalente à 100% do capital social da Sancap (Nota 7.a). O Banco Santander, foi consultado e não fez objeção quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas pela controladora.
A Diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, na reunião realizada em 30 de abril de 2026.
O resultado e a posição financeira da Sancap estão expressos em Reais, moeda funcional da entidade e moeda de apresentação das demonstrações financeiras.
A Sancap é controladora integral da Evidence Previdência S.A. (Evidence), sendo o investimento o equivalente à 100% do capital social da Evidence. É controladora integral da Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização), o qual detém 99,99% de participação no Investimento da Santander Capitalização (Nota 6), e detém 50% de participação no investimento da Santander Auto S.A. (Santander Auto) (Nota 6).

a) Normas e interpretações que entram em vigor no exercício de 2025
a.1) **CPC 48 - Instrumentos Financeiros**
Em 06 de junho de 2022, o Conselho Diretor da SUSEP decidiu colocar em consulta pública minuta de Circular que alterou a Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e revogou dispositivos da Circular SUSEP nº 439, de 27 de junho de 2012, viabilizando a implementação do CPC 48 - Instrumentos Financeiros pelo mercado supervisionado pela Susep, e outras alterações regulatórias. Em 10 de outubro de 2022 a SUSEP através da Circular nº 678 recepcionou o CPC 48 a partir de 02 de janeiro de 2024. Não houveram impactos materiais para a Sancap essa alteração normativa.

a.2) Classificação de Instrumentos Financeiros
O critério de classificação dos ativos financeiros dependerá tanto do modelo de negócio para sua gestão como das características dos fluxos de caixa contratuais. Com base no supracitado, um ativo financeiro será classificado como i) custo amortizado, ii) valor justo afetando o resultado ou iii) valor justo afetando o patrimônio líquido.
b) Normas e interpretações que entram em vigor em exercícios futuros
b.1) **CPC 50 - Contratos de Seguros (IFRS 17)**
O CPC 50 visa substituir o CPC 11 e tem como data de implementação 1º de janeiro de 2023. Esta norma tem o objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas demonstrações financeiras, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços de seguros, a fim de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo. Este pronunciamento ainda não teve aprovação da SUSEP.
b.2) CPC 26 – IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis – Demonstração de Resultado
Publicado em 2024 e emitido em abril de 2024 pelo IASB para substituir o CPC 26 (R1). O IFRS 18 tem como objetivo melhorar as apresentações e divulgações nas Demonstrações do Resultado do Exercício (DRE) e as notas explicativas em um âmbito global. A norma entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027. Este pronunciamento ainda não teve aprovação da SUSEP.

c) Reforma da Tributação sobre o Consumo
A Reforma Tributária instituída pela Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, altera de forma relevante a sistemática de incidência dos tributos sobre o consumo de bens e serviços, com importantes modificações.
Considerando o prazo de implementação gradual da nova sistemática (entre os anos de 2026 e 2033), os impactos de longo prazo esperados com a simplificação da tributação são o ganho de produtividade na economia e melhoria no ambiente de negócios, pela redução de custos de observância e maior segurança jurídica.

Nesse novo ambiente tributário há efeitos para Administração Tributária em função das mudanças na gestão do crédito tributário que passa a ser mais eficiente, com documentos fiscais eletrônicos (Notas Fiscais) mais sofisticados e recolhimento de tributos automático - no qual a parcela correspondente aos tributos sobre o consumo é direcionada diretamente ao Governo (mecanismo de split payment), reduzindo riscos de inadimplência e falhas de conformidade, ao mesmo tempo em que aumenta a dependência de sistemas de informação robustos e confiáveis.
Adicionalmente, sobre a ótica da gestão das empresas, o novo regime implica em mudanças na lógica financeira das operações, com potenciais efeitos sobre o fluxo de caixa, com necessidade de revisão dos controles de liquidez e na gestão financeira das empresas.

Os efeitos imediatos identificados até o momento concentram-se, primordialmente, no âmbito operacional, com destaque para os impactos tecnológicos, com a necessidade de ajustes nos sistemas informáticos internos, nos cadastros e nos controles automatizados.
A Administração vem acompanhando esses impactos e promovendo as adequações necessárias em processos, sistemas e governança, bem como revisando projeções de resultados e de fluxo de caixa para refletir a transição gradual do modelo tributário atual para o novo sistema.
Com base nas avaliações realizadas até o momento e considerando o estágio atual de implementação da Reforma da Tributária sobre o Consumo, a Administração concluiu que não há impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Sancap, sendo os efeitos imediatos, essencialmente, restritos ao âmbito operacional e de adaptação tecnológica aos novos requisitos legais.

d) Estimativas Utilizadas
Os resultados e a apuração do patrimônio são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos Administradores da Sancap na elaboração das demonstrações financeiras. A Sancap faz estimativas e utiliza premissas que podem impactar os valores informados de ativos e passivos dos períodos futuros. Todas as estimativas e suposições requeridas são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável e se referem, basicamente, ao reconhecimento e avaliação de impostos diferidos (Nota 3.e).

3. Principais Políticas Contábeis
As principais políticas contábeis e os critérios de apuração utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras foram os seguintes:
a) Caixa e Equivalentes de Caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias contados da data da aplicação e para atender compromissos de curto prazo.
b) Definições, Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros
i. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Mensuração
No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado caso atenda às seguintes condições e não seja designado ao valor justo por meio do resultado:
• O ativo é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos para receber fluxos de caixa contratuais;
• O ativo é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja alcançado pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais e pela venda de ativos financeiros; e
• Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.
Além disso, no reconhecimento inicial, a Sancap pode irrevogavelmente designar ao valor justo por meio do resultado um ativo financeiro que, de outra forma, atenda às exigências de mensuração ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, caso essa designação elimine ou reduza substancialmente um descasamento contábil que poderia existir. Essa opção não foi utilizada pela Sancap.

Os ativos financeiros a seguir, são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:
• "Caixa e equivalentes de caixa" (Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado);
• "Aplicações Financeiras (Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo no Resultado)";
• "Rendas a Receber" (Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado).
ii. Avaliação do modelo de negócio
A Sancap avalia o objetivo de um modelo de negócio no qual um ativo é mantido em nível de portfólio, por melhor refletir como o negócio é administrado e que informações são fornecidas à Administração. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou administrados, cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, são mensurados ao valor justo por meio do resultado, pois (i) não são mantidos para receber fluxos de caixa contratuais (ii) nem mantidos para receber fluxos de caixa contratuais e vender ativos financeiros.

iii. Reclassificações de categorias dos ativos financeiros
A Sancap avalia o objetivo de um modelo de negócio no qual um ativo é mantido em nível de portfólio, por melhor refletir como o negócio é administrado e que informações são fornecidas à Administração. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou administrados, cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, são mensurados ao valor justo por meio do resultado, pois (i) não são mantidos para

BALANÇO PATRIMONIAL			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Passivo Circulante		6.400	50.120
Impostos a Pagar		6.241	113
Contas a Pagar		159	7
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Pagar	7.b	-	50.000
Patrimônio Líquido		1.312.958	1.304.181
Capital Social		677.135	847.135
Reservas		650.444	493.606
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(14.621)	(36.560)
Total do Passivo		1.319.358	1.354.301

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	
Resultado de Equivalência Patrimonial		6	700.631	612.747
Receitas Financeiras	8&11.c	14.719	14.719	8.943
Despesas Administrativas	9.a	(163)	(163)	(86)
Despesas Tributárias	9.b	(1.196)	(1.196)	(634)
Resultado Operacional		713.991	620.970	
Resultado antes dos Impostos		713.991	620.970	
Imposto de Renda e Contribuição Social	10.a	(6.153)	(6.153)	(3.478)
Lucro Líquido		707.838	617.492	
Nº de Ações (Milhão)	7.a	23.538	23.538	
Lucro por Lote de Mil Ações (em R\$)		30,07	26,23	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE				
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	
Resultado de Equivalência Patrimonial		6	700.631	612.747
Receitas Financeiras	8&11.c	14.719	14.719	8.943
Despesas Administrativas	9.a	(163)	(163)	(86)
Despesas Tributárias	9.b	(1.196)	(1.196)	(634)
Resultado Operacional		713.991	620.970	
Resultado antes dos Impostos		713.991	620.970	
Imposto de Renda e Contribuição Social	10.a	(6.153)	(6.153)	(3.478)
Lucro Líquido		707.838	617.492	
Nº de Ações (Milhão)	7.a	23.538	23.538	
Lucro por Lote de Mil Ações (em R\$)		30,07	26,23	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA				
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
	Nota	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024	
Atividades Operacionais		707.838	617.492	
Lucro Líquido		707.838	617.492	
Ajustes ao Lucro		(700.631)	(612.961)	
Resultado de Equivalência Patrimonial	6.a	(700.631)	(612.747)	(214)
Atualização de Impostos a Compensar		-	-	(214)
Variáveis em Ativos e Passivos		(46.247)	(18.562)	
Redução (Aumento) em Aplicações Financeiras		(46.795)	(17.542)	
Redução (Aumento) em Outros Créditos		(30)	-	
Redução (Aumento) em Ativos Fiscais		(5.702)	2.762	
Aumento (Redução) em Impostos a Pagar		6.128	(1.338)	
Aumento (Redução) em Contas a Pagar		152	(20)	
Impostos Pagos		-	(2.424)	
Caixa Líquido (Aplicado) em Atividades Operacionais		(39.040)	(14.031)	
Atividades de Investimento		170.000	-	
Redução de Capital Social da Controlada	6.a	170.000	-	
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	6.b	640.048	775.030	
Caixa Líquido Originado em Atividades de Investimento		810.048	775.030	
Atividades de Financiamento		(601.000)	(761.000)	
Redução de Capital Social	7.a	(170.000)	-	
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Financiamento		(771.000)	(761.000)	
Aumento (Redução) Líquida do Caixa e Equivalentes de Caixa		8	(1)	
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	4&11.c	5	6	
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	4&11.c	13	5	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

R\$ 166.000, com base no balanço de novembro de 2024, cujo valor foi imputado integralmente aos dividendos obrigatórios de 2024.

7. Patrimônio Líquido
a) Capital Social
Em 31 de dezembro de 2025, o capital social, totalmente integralizado, de R\$ 677 milhões (31/12/2024 R\$ 847 milhões), está representado por 23.538.258 (vinte e três bilhões, quinhentas e trinta e oito milhões, cento e cinquenta e nove mil e duzentas e cinquenta e oito) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Na AGE realizada em 28 de abril de 2025, o acionista decidiu reduzir o Capital Social, tendo em vista o excesso de solvência em relação ao praticado pelo mercado, no valor de R\$ 170 milhões, passando o Capital Social de R\$ 847 milhões para R\$ 677 milhões, sem redução na quantidade de ações ordinárias.
b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio
Estatutariamente, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 1% sobre o lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação.

Em 27 de março de 2025, foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários com base na conta de reservas de lucros no montante de R\$ 55.000. O pagamento ocorreu em 31 de março de 2025.
Em 27 de março de 2025, foi aprovado o pagamento de dividendos intercalares no montante de R\$ 96.000, apurado com base nos resultados de 2025, cujo valor foi imputado integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício de 2025.
Em 30 de setembro de 2025, foi aprovado o pagamento de dividendos intercalares no montante de R\$ 200.000, apurado com base no balanço do mês de agosto de 2025, cujo valor foi imputado integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício de 2025.
Em 29 de dezembro de 2025, foi aprovado o pagamento de dividendos intercalares no montante de R\$ 200.000, apurado com base no resultado de 2025, cujo valor foi imputado integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício de 2025.
Em 28 de março de 2024 e pagos em 02 de abril de 2024 com base na Conta de Reservas de Lucros.
Em 28 de junho de 2024 com base na Conta de Reservas de Lucros.
Em 30 de setembro de 2024, apurado com base no balanço do mês de agosto de 2024, cujo valor foi imputado integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício de 2024.
Em 23 de dezembro de 2024, apurado com base no balanço do mês de novembro de 2024, cujo valor foi imputado integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício de 2024.
Em 27 de dezembro de 2024 com base na Conta de Reservas de Lucros. O pagamento ocorreu em 12 de maio de 2025.

c) Reserva Legal
Do lucro líquido do exercício foi destinado 5% para constituição da reserva legal, limitada a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do patrimônio social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.
d) Reserva para Equalização de Dividendos
Limitada a 100% do valor do capital social, tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.
Os montantes de reservas que excederem o capital social serão levados a conhecimento dos acionistas para atendimento dos limites previstos no estatuto da Companhia em Assembleia Geral para deliberação.

8. Receitas Financeiras

	01/01 a 31/12/20
--	------------------



Sancap Investimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 15.023.998/0001-17

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

As principais transações e saldos são conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo		
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 4)	13	5
Banco Santander ⁽¹⁾	13	5
Aplicações Financeiras (nota 5)	138.216	91.421
Banco Santander ⁽¹⁾	138.216	91.421
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Receber	-	53.809
Evidence Previdência ⁽²⁾	-	50.000
Santander Auto ⁽³⁾	-	3.809
	31/12/2025	31/12/2024
Passivo		
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Pagar	-	50.000
Banco Santander ⁽¹⁾	-	50.000
	01/01 a	01/01 a
	31/12/2025	31/12/2024
Resultado		
Receitas Financeiras (Nota 8)	14.581	8.729
Banco Santander ⁽¹⁾	14.581	8.729

⁽¹⁾ Controlador da Sancap (Nota 11.b).

⁽²⁾ Controlada direta da Sancap.

⁽³⁾ Coligada da Sancap.

12. Gerenciamento de Riscos

A gestão de riscos da Sancap é realizada de forma similar ao processo de gestão do Conglomerado Santander, de acordo com a regulamentação vigente, e visa proteger o capital da empresa e a rentabilidade dos negócios. Na condução de suas operações, a Sancap está exposta, principalmente, aos seguintes riscos:

- Risco de mercado é a exposição em fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. A administração dos riscos de mercado permite o acompanhamento dos riscos que podem afetar as aplicações do caixa da empresa, normalmente integralmente mitigado.

- Risco operacional é o risco de perda resultante de inadequação ou falha em processos internos, pessoas, sistemas e/ou de exposição a eventos externos. A gestão e controle do risco operacional buscam o fortalecimento do ambiente de controles internos; prevenção, mitigação e redução dos eventos e perdas por risco operacional e a manutenção da continuidade do negócio.

- Risco de compliance é definido como risco legal, de sanções regulatórias, de perda financeira ou de reputação que uma instituição pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, regulamentos, códigos de ética e conduta e das boas práticas. O gerenciamento de risco de compliance tem caráter preventivo de suporte à diretoria da instituição e inclui diretrizes, políticas, implementação de processos, monitoria, treinamento e comunicação adequada das regras e legislação aplicáveis a cada área de negócios.

- Risco de reputação é a exposição decorrente de notícias negativas que possam influenciar a opinião pública negativamente em relação a marca e aos fundos de investimento sob gestão, independentemente desta notícia se basear em fatos verídicos.

- Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de riscos e uma adequada rentabilidade mínima que compense o risco de inadimplência estimado, do cliente e da carteira.

13. Outras Informações

Os processos judiciais e administrativos de natureza fiscal são classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

Em 31 de dezembro de 2025 as ações com classificação de perda possível, de natureza fiscal totalizaram R\$ 123 (31/12/2024 R\$ 84).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Sancap não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos.

14. Eventos Subsequentes

Em 27 de março de 2026, foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários no montante de R\$ 109 milhões, com base na conta de reservas estatutárias da Companhia e o pagamento de dividendos intercalares no montante de R\$ 91 milhões que serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos referente ao exercício de 2026. O pagamento ocorreu em 30 de março de 2026.

DIRETORIA

Diretores Executivos

Carlos Días Álvarez

Reginaldo Antonio Ribeiro

CONTABILISTA

Sandro Costa - TC-CRC 1SP 182917/O-1

RELATÓRIO DE REVISÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Sancap Investimentos e Participações S.A.

Revisamos as demonstrações financeiras da Sancap Investimentos e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para possibilitar a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade do auditor independente

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras com base em nossa revisão, conduzida de acordo com a norma brasileira e a norma internacional de revisão de demonstrações financeiras (NBC TR 2400 e ISRE 2400). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas e que seja apresentada conclusão se algum fato chegou ao nosso conhecimento que

nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

Uma revisão de demonstrações financeiras de acordo com as referidas normas é um trabalho de asseguarção limitada. Os procedimentos de revisão aplicados consistem, principalmente, em indagações à administração e a outros dentro da entidade, conforme apropriado, bem como na execução de procedimentos analíticos e avaliação das evidências obtidas.

Os procedimentos executados em uma revisão são substancialmente menos extensos do que os procedimentos executados em uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sancap Investimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, e o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Outros assuntos - Base de elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Sancap Investimentos e Participações S.A. foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) em atendimento aos requerimentos dos administradores e acionistas e, pode não ser adequado para outros fins.

São Paulo, 4 de maio de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador
CRC1SP222767/O-3

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de

24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 06/05/2026

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/05/06/SANCAP1589185106052026.pdf>

Hash: 1778012401683c04c4ff184eecab3d7e568faf2f46